



ALDIS

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
(2015)**

**PLANO DE ATIVIDADES
(2016)**



ALDIS –
Associação Lusófona de Direito da Saúde

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA	3
II. ATIVIDADES/ EVENTOS REALIZADOS (2015).....	6
III. ATIVIDADES/ EVENTOS PROGRAMADOS (2016).....	20
IV. CONCLUSÕES.....	22
V. ANEXOS.....	23



I. NOTA INTRODUTÓRIA

A “Associação Lusófona do Direito da Saúde” – ALDIS, associação de direito privado sem fins lucrativos foi criada a 30 de Março de 2015.

Não obstante esse ato fundador ainda no primeiro Semestre o certo é que só em 9 de Setembro, aquando de uma Segunda Assembleia Geral se pode, se deve considerar reunido toda a vontade associativa e o iniciar do cumprimento da sua missão.

Reduzida que ficou a um trimestre de atividade parece sensato, que não habitual, juntar, por economia de vária ordem, quer o Relatório de atividades, necessariamente tão relevante, por ser o inicial, quanto singelo, por ser referente a um curto período, com o primeiro Plano de Atividades, esse sim, também seco de hipóteses irrealizáveis mas eivado de ambição.

Ainda aqui, nesta nota introdutória, interessará sublinhar a satisfação pela resposta positiva aos convites endereçados para membros fundadores da Aldis (*cf. infra* lista de associados fundadores), que asseguram um elevado nível académico, científico e profissional e registar rapidamente os princípios que estiveram na génese da sua constituição:

- a) Promover a universalização e o aperfeiçoamento dos princípios do Direito da Saúde, como instrumentos da dignificação da pessoa;



- b) Encetar esforços na promoção da investigação e do ensino na área do Direito da Saúde, em Geral, e do Direito da Medicina e da Farmácia e do Medicamento, em especial;
- c) Implementar no espaço lusófono uma rede de cooperação entre organizações e entidades que comunguem interesses congéneres, desenvolvendo ações concertadas e iniciativas na área do direito da saúde.

Repete-se, atenta a circunstância de 2015 corresponder ao ano da constituição da ALDIS, assume maior importância o quarto trimestre de 2015 na elaboração do presente relatório.

Igualmente, serão apresentadas as linhas orientadoras para a atividade da ALDIS durante o ano de 2016, definidas com base nos objetivos consagrados nos estatutos desta Associação.

ASSOCIADOS FUNDADORES

ASSOCIAÇÃO DE DIREITO DA SAÚDE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

PORTUGAL:

André Pereira

Carla Barbosa

Filomena Girão

Ferreira Ramos

Ana Elisabete Ferreira

Paula Ribeiro de Faria

Vaz Rodrigues

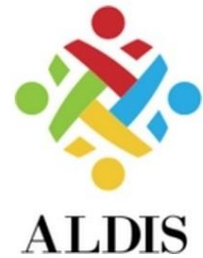
Helena Pereira de Melo

João Maia Rodrigues

Céu Rueff

Paula Lobato Faria

Luísa Neto



Nuno Oliveira

Paulo Sancho

BRASIL:

Maria Célia Delduque

Diovana Barbieri

Luiz Toro da Silva

Eduardo Dantas

Washington Fonseca

André Nigre

Miguel Kfourri Neto

Gilberto Baumann

Dulce Nascimento

ANGOLA :

Prof.^a Luzia Sebastião

Mafalda Matos

MOÇAMBIQUE :

Carlos Serra

Orquídea Massarongo

MACAU :

Rui Cascão

Vera Raposo



II. ATIVIDADES/ EVENTOS REALIZADOS (2015)

1. Assembleias Gerais

No ano de 2015 a Assembleia Geral reuniu duas vezes, desde logo para eleger os seus órgãos sociais e para apreciar, analisar e/ou deliberar sobre todas as matérias que quer a Comissão Constitutiva, quer a Direção lhe submeteu e a que este órgão deu a imediata resposta procedendo em conformidade com as competências que lhe estão atribuídas estatutariamente.

Nesse sentido, apresentam-se os temas abordados em cada uma das Assembleias Gerais e as respetivas deliberações.

1ª Assembleia Geral da ALDIS

Na primeira Assembleia Geral realizada em Coimbra, a 05 de agosto de 2015, estiveram na ordem de trabalhos assuntos relacionados com o processo constitutivo da Associação: as responsabilidades fiscais, bancárias e jurídicas; os órgãos sociais; e a fixação da quota anual dos associados.

Aflorou-se outrossim, a divulgação da Associação através dum sítio na internet e a adoção dum logotipo.

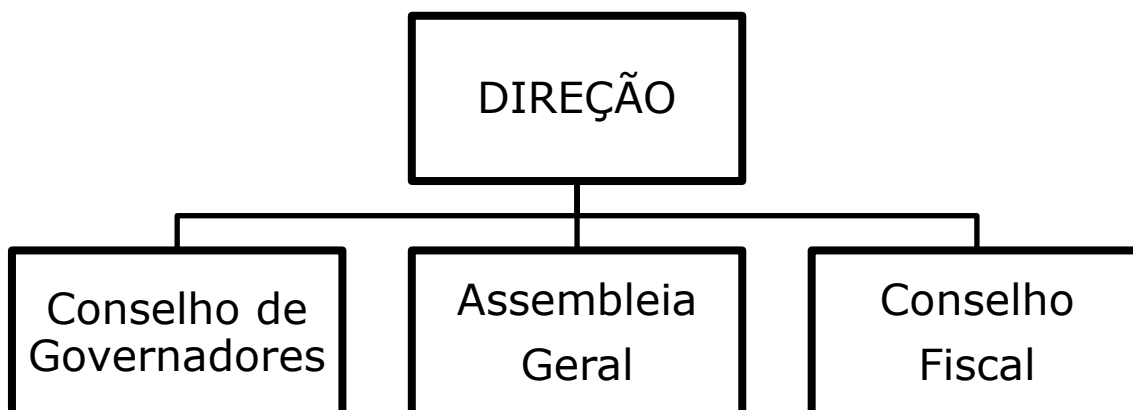
Foram ainda, discutidas estratégias para estabelecer parcerias com outras entidades de modo a cumprir os objetivos estatutários aos quais a Aldis se propõe.



2ª Assembleia Geral da ALDIS

A 09 de setembro de 2015, realizou-se na mesma cidade, a segunda Assembleia Geral da ALDIS.

Nesta reunião foi dada continuidade às questões anteriormente abordadas, tendo sido discutida e aprovada pelos presentes a composição dos seguintes órgãos sociais:



DIREÇÃO:

Presidente: Maria Célia Delduque (Brasil)

André Dias Pereira (Portugal)

Carla Barbosa (Portugal)

Carlos Teixeira (Angola)

Eduardo Dantas (Brasil)

Filomena Girão (Portugal)

Orquídea Massarongo (Moçambique)



CONSELHO DE GOVERNADORES:

Carlos Teixeira (Angola)	Vera Lúcia Carapeto Raposo (Macau)
André Dias Pereira (Portugal)	Rui Prista Cascão (Macau)
Maria Célia Delduque (Brasil)	Dulce Nascimento (Brasil)
Robson Antão (Brasil)	Gonçalo Sopas Bandeira (Portugal)
Luísa Neto (Portugal)	João Maia Rodrigues (Portugal)
Nuno Oliveira (Portugal)	Paula Lobato de Faria (Portugal)
Maria do Céu Rueff (Portugal)	Washington Fonseca (Brasil)
Paula Ribeiro Faria (Portugal)	

CONSELHO FISCAL

Presidente: Ferreira Ramos (Portugal)

Vice- Presidente: Josias Bittencourt (Brasil)

Vogal: Dalmazia Cossa (Moçambique)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João Vaz Rodrigues (Portugal)

Vice- Presidente: Sandra Alves (Brasil)

Vogal: Carlos Serra (Moçambique)

Secretária: Ana Elisabete Ferreira (Portugal)



Como representantes legais da ALDIS, a Assembleia Geral aprovou, para o efeito, a designação dos associados André Dias Pereira e Filomena Girão.

Retomando a ordem de trabalhos, foi discutida a aprovação de novos associados, ficando esta sujeita ao escrutínio da Direção e do Conselho de Governadores que, no uso das suas competências estatutárias, analisarão futuramente as sugestões que lhes forem apresentadas.

Na senda da reunião anterior, o logotipo da ALDIS, que abaixo se reproduz, foi também aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral.



Dando continuidade à reunião, foram apresentadas e discutidas as propostas para a realização do primeiro Congresso promovido pela ALDIS.

Seguidamente e face à sua importância para o cumprimento dos fins estatutários da ALDIS, ocuparam a ordem de trabalho, as parcerias institucionais a promover com a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa bem como, com a UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. Para tanto, informaram-se os presentes dos avanços já estabelecidos nas relações com as instituições referidas mormente, as reuniões com o Exmo. Senhor Secretário Executivo da CPLP, o Embaixador Murade Iscaac Miguz Murargy e com, o Presidente da UCCLA, o Exmo. Senhor Dr. Vitor Ramalho.



(da direita para a esquerda: André Dias Pereira, Carlos Teixeira, Sandra Alves, Embaixador Murade Isaac Miguigy Murargy, Maria Célia Delduque, Ana Barbosa de Melo, Ferreira Ramos)



(da direita para a esquerda: Ferreira Ramos, Sandra Alves, Vitor Ramalho, André Dias Pereira, Maria Célia Delduque, Carlos Teixeira)

Ainda, foram apresentadas à Assembleia Geral, sugestões para publicações da ALDIS, designadamente nos “ Cadernos Iberoamericanos de Direito Sanitário”, tendo os presentes manifestado o seu total apoio e interesse na colaboração.

Outras questões foram abordadas, tais como o sítio da ALDIS na internet; a constituição de uma Comissão Consultiva assim como os possíveis patrocinadores da Associação.

2. Conferências/Debates:

Logo no dia 08 de setembro de 2015 no casino da Figueira da Foz, a ALDIS levou a cabo a conferência subordinada ao tema “ O Direito de Saúde empírico. Estudos qualitativos e estudos quantitativos”.



The image shows two posters for a conference. The left poster is a vertical banner with a blue and white background. It features the title 'O DIREITO DA SAÚDE EMPÍRICO: ESTUDOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS' at the top. Below the title, it says '08 SETEMBRO 22H00 | ENTRADA LIVRE'. The poster lists four speakers with their photos: Professora Doutora Maria Célia Delduque (Presidente da ALDIS), Professor Doutor Carlos Teixeira, Drª Filomena Girão, and Professor Doutor André Dias Pereira. At the bottom, it mentions 'casino figueira' and 'Organização ALDIS - Associação Lusófona do Direito da Saúde'. The right poster is a horizontal banner with a light blue background. It features the title 'O Direito da Saúde Empírico' and 'Estudos qualitativos e quantitativos'. Below the title, it lists the speakers: Professora Doutora Maria Célia Delduque | Professor Doutor Carlos Teixeira | Drª Filomena Girão | Professor Doutor André Dias Pereira. It also says 'TER 08 - 22h00' and 'ÁLEA | ENTRADA LIVRE'. At the bottom, it mentions 'CASINO FIGUEIRA' and 'Organização ALDIS - Associação Lusófona do Direito da Saúde'.

Neste evento, organizado e promovido pela ALDIS, que constituiu uma reflexão e análise das políticas de saúde no contexto lusófono, participaram a Presidente da Direção Maria Célia Delduque e os associados Filomena Girão, André Dias Pereira e Carlos Teixeira.

Cabe salientar, o impacto positivo desta iniciativa da ALDIS junto da comunidade científica e do público em geral, tendo merecido reconhecido destaque na imprensa.



(da direita para a esquerda: Domingos Silva, Maria Célia Delduque, Filomena Girão, Carlos Teixeira, André Dias Pereira)

3. Publicações

A Aldis mereceu ainda destaque na Revista Inovação e Emprego que fez referência quer aos seus princípios quer a algumas das iniciativas desenvolvidas.





João Vaz Rodrigues
Presidente da Mesa de Assembleia Geral

A Associação Lusófona de Direito da Saúde — ALDIS resultou da sublimação de um conjunto de pessoas que encontraram na Saúde um tema para preparar desde já a comemoração — a uma voz — de um milhão de forças comuns, projetada para o que de bom sempre teve a universalidade as tessituras de uma casa comum.

O fecho de deveres e de direitos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, que deve ser defendido — paralelamente à legislação sobre ambiente —, constitui o cenário que pode e deve animar o esforço individual e o coletivo na construção do que seja amigável à saúde e ao bem-estar das pessoas; em suma, que a qualidade da vida seja vida e vida com a qualidade com que se quer identificar essa vida.

A ordenação jurídica possui muitas fontes, todas importantes. E os ordenamentos possuem formulações que justificam análise, estudo, investigação, etc., sob o crivo da perspetiva e a esperança das simplificações que se impõem e mostrem possíveis, neste tributo recíproco e compósito que viabiliza a construção de normas comuns.

Tanto significa uma prática e uma comunicação. Eleita a língua portuguesa como via e fonte de comunicação entre os espaços internacionais, fica bem de ver que a realidade sobre a qual a comunicação portuguesa se manifestará conta o humano universal, as suas envolventes e daqui se lhe resta igualmente o eco luso, pela disseminação com que nesta língua as comunidades do Mundo lhe emprestaram a riqueza das suas diversidades. Existe pois um discurso de militante miscigenação científica e pedagógica, i.e., da própria liberdade humana; do exercício recíproco das liberdades dentro das esferas das pessoas. Uma solidariedade apostada em superar as vulnerabilidades.

Ao lme transcendendo-nos sempre, parafraseando o Poeta; somos sempre maiores perante a adversidade merecida da importância da missão. A égide da Saúde justifica plenamente a construção institucional de redes de comunicação e interação. A mesma bandeira em mais uma embarcação.

A Associação Lusófona de Direito da Saúde aparece desocho de Colombo: é uma evidência. Pouco subsiste pois para explicar uma evidência, mas outrossim como identificar a estrutura? Como avaliar? Como participar? Eis a explicação!

Mas um anúncio implica ainda uma revelação: quem somos, onde estamos e como aceder. É um anúncio obriga ainda a esforços, e entre esses esforços situam-se os contributos vitais. Eis o desafio para quem nos lê e conjuga o desiderato de aperfeiçoar os princípios do Direito da Saúde, como instrumentos da dignificação da pessoa: queira promover e investigar o ensino nesta área especialmente no mundo lusófono; participar na organização de eventos; investigar e divulgar; criar os meios vitais; dar notícia de projetos de natureza social e jurídica, úteis aos países de língua oficial portuguesa.

47 | INE 2013



Ana Paula Albuquerque

ALDIS - PARA QUÊ?

O conceito de saúde, originalmente, estava limitado a aspetos curativos e preventivos, significando ausência de doenças. No pós 1ª Guerra, a Organização Mundial da Saúde alargou o conceito inicial para definir saúde não mais como apenas a ausência de doenças, mas como estado mais completo de bem-estar físico, mental e social. Pode-se dizer, portanto, que houve uma ressignificação do direito à saúde: que passou, então, a abranger além dos tradicionais aspetos da biologia humana, recursos necessários a ter uma vida plena e com qualidade, como questões ambientais e qualidade de vida.

Em suma, a saúde está intrinsecamente ligada à qualidade de vida e condições dignas de existência. Todavia, sua plenitude demandar de recursos materiais visivelmente indispensáveis para grande parte da população mundial, notadamente em países em vias de desenvolvimento. Quando se depara com fome e miséria, quando se falta o básico para moradia, saneamento, alimentação, não há nem como falar em outros requisitos relacionados ao conceito de saúde, ditado pela OMS, porque já se percebe que não haverá implementação da saúde nessas condições. Quando o indivíduo não dispõe de meios, cabe ao Estado, através de políticas públicas, proporcionar aos a população.

Acredita-se que o direito à saúde, como direito humano de segunda dimensão, vem sob a rubrica de direito progressivo programático, cujo conceito costuma ser mal aplicado ou mal interpretado. O fato de ser progressivo significa que sua abrangência deve ser intensificada, que não pode haver retrocessos, mas não significa que a plenitude de sua abrangência e eficácia possa ser atada. É passível de cobrança imediata.

Atualmente, o conceito traçado pela OMS é bastante criticado por visar uma perfeição utópica, utópica e, considerando-se a escassez dos recursos financeiros, de difícil implementação por parte dos serviços de saúde. Conceda-se que seja utópica, mas utópica conforme ensina Ernst Bloch, é algo que não se viabiliza no presente mas que se pode alcançar no futuro. A saúde está em estado crítico e precisa ser resgatada. Os conceitos

precisam ser refletidos e construir meios de plena efetivação. A ALDIS pretende analisar os problemas atuais e propor a construção de pontos para promover o gozo pleno e eficaz.

ORGÃOS SOCIAIS

Direção:
Presidente Maria Célia Delduque (Brasil)
André Dias Pereira (Portugal)
Carla Barbosa (Portugal)
Carlos Teixeira (Angola)
Eduardo Dantas (Brasil)
Filomena Girão (Portugal)
Orquídesa Massarango (Moçambique)

Conselho de Governadores:
1. Carlos Teixeira (Angola)
2. André Dias Pereira (Portugal)
3. Maria Célia Delduque (Brasil)
4. Robson Antão (Brasil)
5. Lúcia Neto (Portugal)
6. Nuno Oliveira (Portugal)
7. Maria do Céu Ruell (Portugal)
8. Paula Ribeiro Faria (Portugal)
9. Vera Lúcia Carapeto Raposo (Macau)
10. Rui Prieta Cascaço (Macau)
11. Dulce Nascimento (Brasil)
12. Gonçalo Sogas Bandeira (Portugal)
13. João Maia Rodrigues (Portugal)
14. Paula Lobato de Faria (Portugal)
15. Washington Fonseca (Brasil)

Conselho Fiscal:
1. Ferreira Ramos — Presidente (Portugal)
2. Joães Bittencourt — Vice-Presidente (Brasil)
3. Dalmazia Costa — Vogal (Moçambique)

Mesa da Assembleia Geral:
1. João Vaz Rodrigues — Presidente (Portugal)
2. Sandra Alves — Vice-Presidente (Brasil)
3. Carlos Serra — Vogal (Moçambique)

48 | INE 2013

3. Imprensa

A criação da ALDIS teve um impacto manifestamente positivo junto de todas as pessoas e entidades que preconizam os valores da Saúde e do Direito que, se tem refletido no interesse que a imprensa tem dedicado a acompanhar as diversas atividades da Associação.



Direito da saúde no casino

●●● O Casino Figueira recebe hoje, pelas 22H00, uma palestra sobre o direito da saúde empírico, tendo como oradores Maria Célia Delduque, Carlos Teixeira, Filomena Girão e André Dias Pereira. Esta iniciativa é organizada pela Associação Lusófona do Direito da Saúde.

Direito da Saúde une juristas lusófonos

Lusofonia Associação Lusófona de Direito da Saúde quer afirmar-se como interlocutor de entidades internacionais

D.R.



Entre os sócios fundadores estão Carla Barbosa, Ana Paula Albuquerque, Ana Elisabete Ferreira, André Pereira, Filomena Girão e Josias Bittencourt

Andrea Trindade

A Associação Lusófona de Direito da Saúde (ALDIS) foi

ontem formalizada, com 25 sócios fundadores de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Macau e Timor. A troca

de conhecimentos, a consultoria a entidades públicas e privadas e a capacitação dos países em desenvolvimento

Associação reúne especialistas em Direito na Saúde

DR

●●● Foi criada, no passado dia 30 de março, a Associação Lusófona de Direito da Saúde (ALDIS), que conta com 29 sócios fundadores provenientes de Portugal, Brasil, Macau, Moçambique, Angola e Timor.

De acordo com André Dias Pereira, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, a associação procura afirmar-se como

uma “voz lusófona” em matérias que envolvam a Saúde e a área jurídica. A formalização desta entidade realizou-se no Cartório Notarial de Miranda do Corvo, tendo sido assinado por Manuel José Ferreira Ramos, Ana Paula Albuquerque, Filomena Girão, Carla Barbosa, Ana Elisabete Ferreira, André Dias Pereira e Josias Bittencourt. **B.N.P.**



Associação conta com 29 sócios fundadores

Figueira da Foz

Portugal, Angola e Brasil unidos no Direito da Saúde



Domingos Silva, C. Delduque, F. Girão, C. Teixeira e A. Pereira

PARTILHA “O Direito da Saúde Empírico: estudos qualitativos e quantitativos” foi o “mote” para uma tertúlia “lusófona”, moderada pela advogada Filomena Girão, que decorreu no Casino Figueira abrangendo três continentes, numa organização da Associação Lusófona do Direito da Saúde (ALDIS).

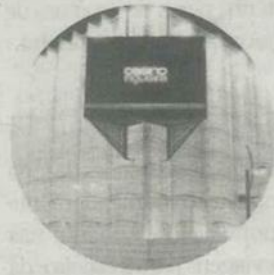
Maria Célia Delduque, presidente da associação (e investigadora, com ênfase na pesquisa de Justiça e Saúde, professora na Universidade de Brasília), falou nas questões «que só a dogmática jurídica não resolvem» e nas ciências biomédicas que “invadiram” o Direito, que deve ser, disse, «baseado na realidade». Referindo-se concretamente ao seu país, focou a necessidade que houve de uma “interdisciplinaridade”, para que os juízes não julgassem apenas com base «na dogmática jurídica», usando «a letra pura e dura da lei», antes recorrendo a «dados informativos e qualitativos». Ou seja, o Direito «extrapolou a esfera da magistratura», frisou a docente.

Outro dos intervenientes foi Carlos Teixeira (professor da Universidade Agostinho Neto),

que se referiu às «várias conquistas» alcançadas em Angola nestes 40 anos de independência, como a aprovação da Constituição da República (há cerca de cinco anos), onde está consagrado «o direito à saúde» das famílias. Mas focou ainda a regulamentação na distribuição de medicamentos e dos resíduos hospitalares e no plano de saúde já elaborado. «Estamos a edificar o Direito da Saúde», disse, garantindo que o seu país irá integrar a ALDIS «para aprofundar» esse estudo.

Em “representação” de Portugal, esteve o docente da Universidade de Coimbra André Dias Pereira, que defendeu que «este diálogo internacional, pode trazer uma aprendizagem mútua». «O Direito da Saúde em Portugal teve um desenvolvimento interessante no pós 25 de Abril», apesar dos «avanços e recusos», disse, admitindo no entanto que ainda existe «espaço de crescimento», até porque, salvaguardou, a saúde «é do que mais se valoriza. Uma população saudável é essencial», aduziu, além do que representa para a economia de muitos países por se tratar «de um negócio muito relevante».

“O direito da saúde empírico” em debate no Casino Figueira



O Casino Figueira vai receber, amanhã, pelas 22h00, uma tertúlia da ALDIS – Associação Lusófona do Direito de Saúde, onde será abordado o tema “O direito da saúde empírico”. Trata-se de mais um contributo para o reforço de integração e coesão territorial e organizacional de variadas entidades, num encontro que conta com as presenças da presidente da ALDIS, Maria Célia Delduque, Filomena Girão e André Dias Pereira.

O direito da saúde empírico em debate no Casino

CONHECIMENTO No próximo dia 8, o Casino Figueira vai receber, pelas 22h00, uma tertúlia da ALDIS – Associação Lusófona do Direito de Saúde, criada recentemente e com escritórios em Lisboa e Coimbra, onde se falará sobre o tema “O direito da saúde empírico”. Trata-se de mais um contributo para o reforço de integração e coesão territorial e organiza-



Célia Delduque é uma das intervenientes

cional das mais variadas entidades. Na tertúlia estarão presentes e irão intervir a presidente da ALDIS Maria Célia Delduque e ainda Filomena Girão (advogada, com experiência e conhecimento de diferentes realidades no apoio social e de saúde no país), e André Dias Pereira.

Entretanto, no dia 5, pelas 20h30, quem visitar o Casino

Figueira será levado até África, mais concretamente a Angola. As “Noites do Mundo” estão de regresso e, desta vez, serão os ritmos quentes e sabores intensos daquele país africano que estarão em destaque. Além do jantar buffet, a música de kizomba e semba chegarão pelo grupo Mwangolé que animará a noite, que tem a lotação esgotada há vários dias. Mas já amanhã, é a vez da jovem Kátia Maricato apresentar às 22h00, o seu espectáculo a solo “Dar vida à voz”, contando com a presença de vários convidados para este concerto. J.O.

Miranda | Lousã

Associação Lusófona do Direito à Saúde elogiou trabalho da ADFP



Filomena Girão impressionada com o trabalho da Fundação

MIRANDA DO CORVO «Não conheço nada de semelhante, quando falamos de números de utentes e colaboradores são surpreendentes e nota-se a felicidade mas suas caras», foi a avaliação feita pela advogada Filomena Girão, da Associação

Lusófona de Direito à Saúde, da Ferreira Ramos, e da Filomena Girão e Associados, durante uma visita realizada recentemente à Fundação ADFP.

A instituição mirandense lembra, em comunicado, que a Associação Lusófona de Direito à

Saúde, com escritórios em Lisboa e Coimbra, foi recentemente criada, «curiosamente, com escritura lavrada em Miranda do Corvo».

Entre a Fundação ADFP e a Associação Lusófona de Direito à Saúde «perspectiva-se uma relação futura de parcerias no âmbito do direito aos cuidados de saúde, sessões de esclarecimento relativamente a direitos relacionados com práticas legislativas associadas às problemáticas sociais e de saúde abrangidas e um ciclo de cinema sobre direitos humanos», diz ainda, sendo salientado que, «Filomena Girão, como advogada tem experiência e conhecimento de diferentes realidades no apoio social e de saúde no país».

Como é habitual nestas visitas institucionais, ficou a conhecer as áreas sociais da ADFP e o Espaço da Mente, recentemente aberto ao público no Parque Biológico da Serra da Lousã.

ALDIS: olhar o Direito da Saúde no horizonte da Lusofonia

Com sede em Coimbra, a Associação Lusófona do Direito da Saúde quer fomentar um diálogo permanente e profícuo com universidades, profissionais e cidadãos no espaço lusófono

A ALDIS (Associação Lusófona do Direito da Saúde) foi constituída há poucas semanas, com sede em Coimbra. Qual a relevância da ALDIS no mundo da Saúde?

A importância da ALDIS será tão grande quanto melhor e mais rapidamente atingirmos os objectivos a que nos propomos. Vivemos uma época de grandes mudanças, de grandes desafios para o País e para cada um de nós. No plano da saúde, os desafios são imensos e complexos.

E quais são os objectivos a que a ALDIS se propõe?

Os objectivos da ALDIS são tão claros quanto ambiciosos:

a) Promover a universalização, assegurar a divulgação dos mais basilares princípios do Direito da Saúde, promover a dignificação da pessoa;

b) Promover a investigação e o ensino na área do Direito da Saúde, nomeadamente, do Direito da Medicina e da Farmácia e do Medicamento, bem como de outras áreas jurídicas instrumentais ou afins ao Direito da Saúde;

c) Emitir opinião fundamentada a respeito dos projectos legislativos que, nos países de língua oficial portuguesa, tenham incidência sobre o Direito da Saúde;

E entendemos que são objectivos claros porque identificam pontos centrais do desenvolvimento do Mundo e das pessoas. Na Saúde (na prática clínica e na investigação) não pode valer tudo. Não vale tudo. E o Direito deve repre-

Ferreira Ramos,
Associado fundador
da ALDIS



sentar, também nesta área, um papel determinante.

São seguramente objectivos ambiciosos porque queremos fomentar um diálogo permanente e multidisciplinar entre Universidades, profissionais e cidadãos. E a lusofonia de quatro Continentes não é tarefa fácil.

E porquê a lusofonia?

Desde logo, porque é entusiasmante

criar e partilhar conhecimento entre universos tão díspares e, paradoxalmente, tão próximos.

Temos uma história comum, enriquecida pelas nossas diferenças que partilhamos numa mesma Língua, que é a terceira língua global com que a Europa fala com o Mundo.

Entendemos, assim, a lusofonia como um enorme desafio, que a ALDIS enfrenta com uma enorme esperança.



III. ATIVIDADES/ EVENTOS PROGRAMADOS (2016)

Como já se referiu 2016 será uma ano determinante na consolidação da ALDIS.

Será, sabe-se, tão aliciante como exigente.

Ter-se-á, em simultâneo de curar de matérias estruturantes e de outras meramente instrumentais mas sem as quais aquelas não poderão ser implementadas.

Ainda assim, neste Plano não se fará qualquer divisão com esse critério.

Vejamos então quais serão essas linhas:

1. Estabelecer formas de contato entre os associados que permitam o desenvolvimento de trabalhos de diversa natureza em que o tema central seja o Direito da Saúde sendo certo que, nos tempos que correm, matérias éticas, societárias e de direitos humanos serão centrais.
2. Reforçar a abrangência e a cobertura de todos os Países pertencentes à CPLP.
3. Prosseguir com crescimento da ALDIS e da sua base associativa, com a entrada de novos membros ao mesmo tempo que se promove o reforço da sua estrutura.
4. Divulgar e promover a cooperação institucional, aprofundando as parcerias, designadamente através da apresentação da candidatura à categoria de Observador Consultivo da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que assume uma relevância estratégica central.



5. Manter um contato próximo também com a UCCLA identificando a possibilidade de planejar ações conjuntas.
6. Promover reuniões de apresentação junto dos Governos e Parlamentos Nacionais pedindo, no caso Português, reuniões às Comissões Parlamentares dos Negócios Estrangeiros e de Saúde.
7. Promover reuniões de apresentação e de trabalho com a Fundação Calouste Gulbenkian; Camões - Instituto da Cooperação e da Língua; FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; CMPL - Comunidade Médica de Língua Portuguesa, entre outras instituições, identificando e avaliando matérias transversais a trabalhar na área do Direito da Saúde.
8. Preparar candidaturas a programas internacionais de capacitação.
9. Formalizar protocolos de cooperação com outras Associações como a Plataforma da Saúde ou a Associação Portuguesa para a prevenção e desafio à SIDA sensibilizando os membros para a necessidade e vantagem de identificação de potenciais entidades com interesse para a atividade da ALDIS.
10. Fomentar a publicação de artigos relacionados com o Direito da Saúde no espaço Lusófono, salientando-se a implementação duma *newsletter* divulgada semestralmente no sítio da ALDIS.
11. Concretizar a realização do I Congresso Lusófono de Direito da Saúde no Brasil, ainda durante o primeiro semestre do ano 2016.



IV. CONCLUSÕES

A ALDIS consciente dos desafios aos quais se propõe, continuará a sua atuação no mundo lusófono, manifestando o seu apreço a todos os seus membros, cujo espírito de missão permitiu a criação desta Associação.

O plano de atividades traçado para 2016, em linha com o plano executado em 2015, procura integrar valências provenientes dos diversos países de língua oficial portuguesa, numa estratégia única e concertada, focada no desenvolvimento do Direito da Saúde.



V. ANEXOS

Curriculum vitae

Maria Célia Delduque Nogueira Pires de Sá

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (1997), mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília (2005) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2010) e pós-doutorado em Direito na Universidade de Cantábria, Espanha. Atualmente é pesquisadora adjunta da Fundação Oswaldo Cruz Brasília, coordenadora do Programa de Direito Sanitário - Prodisa.

Editora científica da Revista Cadernos IberoAmericanos de Direito Sanitário e revisora de inúmeras revistas científicas da saúde coletiva. É pesquisadora colaboradora da Universidade de Brasília e Coordenadora do Núcleo de Direito Sanitário - Unidisa do NESP/UnB. Em âmbito internacional, é Membro da Rede IberoAmericana de Direito Sanitário, membro da European Association of Health Law e presidente eleita da Associação Lusófona de Direito Sanitária/Univ.Coimbra. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Sanitário, atuando principalmente nos seguintes temas: direito sanitário, políticas públicas em saúde, mediação sanitária, ordem jurídica e saúde.



Curriculum vitae

André Dias Pereira

- Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Diretor do Centro de Direito Biomédico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
- Membro da CEIC – Comissão de Ética para a Investigação Clínica
- Membro da Comissão de Ética do Instituto Nacional de Saúde – Doutor Ricardo Jorge
- Vice-Presidente da Comissão de Ética da AIBILI
- Membro da Comissão de Bioética da Sociedade Portuguesa de Genética Humana
- Membro do Órgão Responsável pelo Bem Estar Animal da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra/ Centro de Neurociências e Biologia Molecular
- Membro do Comité de Ética Animal do IMBC - Instituto de Biologia Molecular e Celular (Porto)

A nível internacional:

- Tesoureiro e membro da Direção executiva da Associação Mundial de Direito Médico
- Fellow do *European Centre on Tort and Insurance Law* – Centro Europeu de Responsabilidade Civil e Seguros, Viena, Áustria)
- Professor convidado na Faculdade de Direito de Salzburg, Áustria (*Summer School on European Private Law*)
- Professor convidado na Universidade de Toulouse III, França (*Summer School on Medical Law*)
- Professor convidado na Universidade de Salerno, Itália (*Summer School on Medical Law*)



Qualificações académicas:

- Doutoramento (Aprovado com Distinção e Louvor, por unanimidade) – título da Dissertação: “Direitos dos Pacientes e Responsabilidade Médica” (10.1.2014) (publicado pela Coimbra Editora em 2015)
- Mestrado (Aprovado com Muito Bom) – título da Dissertação: “O Consentimento Informado na Relação Médico Doente” (20.6.2003) – (publicado pela Coimbra Editora em 2004) (Prémio Prof. Manuel de Andrade II, para a melhor Dissertação de Mestrado em Direito Civil do ano 2003)
- Pós-graduação em Direito Civil (2002)
- Pós-graduação em Direito da Medicina (1999)
- Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra (Prémio Prof. Manuel de Andrade para o melhor estudante do Curso 1992-1997)
- Idiomas: português (língua materna); inglês, francês e alemão (fluyente)



Curriculum vitae

Carlos Manuel dos Santos Teixeira

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto no ano Académico 1989/90.

Mestre em Direito pela Faculdade da Universidade de Coimbra, Abril de 1998.

Doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde preparo a tese sobre o tema: "A Actividade Empresarial do Estado em Angola. As Diversas Fases da Intervenção do Estado na Economia".

Actividade Académica

Professor Associado com a regência de Direito Administrativo nas Faculdades de Direito das Universidades Agostinho Neto, Independente de Angola e José Eduardo dos Santos.

Professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (desde Março de 2011).

Funções Exercidas

Director do Centro de Estudo e Pesquisa para o Desenvolvimento da Escola Nacional de Administração (de Janeiro de 2009 a 4 de Março de 2011).

Secretário do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (2005 até Abril de 2006).

Coordenador Adjunto do Departamento de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Fevereiro de 1999/Abril 2006).

Decano interino da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (2005 até Abril de 2006)

Vice-Decano para os Assuntos Científicos (desde 2 de Agosto de 2012 à 19 de Agosto de 2015)

Decano interino da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Maio 2012 à Agosto de 2015).

Actividade Profissional

Assistente da Assessoria Jurídica da Casa Civil do Presidente da República (Novembro de 1991 à 17 de Outubro de 2000).

Assessor Jurídico do Presidente da República (18 Outubro de 2000 à 2 de Fevereiro de 2007).

Membro do Conselho de Gerência da Clínica Multiperfil (Janeiro de 2001 à Novembro de 2002).



Membro do Conselho de Administração para Área Administrativa, na Empresa Sociang Sarl, adstrita ao Ministério do Comércio (De 1997 à 2004).

Advogado.

Funções Atuais

Director do Centro de Pesquisas em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito da Universidade Neto (desde 7 Setembro de 2009).



Curriculum vitae

Maria do Céu Rueff

Atividade Académica

- Coorganizadora científica e regente de vários módulos do *Curso de Pós-Graduação de Atualização Direito da Medicina e Justiça Penal*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2013-2014, 2014-2015).
- Colaboração docente no *Master course in Oncobiology – Ethics and Scientific Integrity*, Instituto de Medicina Molecular, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (a convite do Prof. Mário Miguel Rosa), 2014.
- Participação (em colaboração com o Prof. Doutor João Lobo Antunes) no *XVII Curso da Sociedade Portuguesa de Neurocirurgia*, organizado pela Sociedade Portuguesa de Neurocirurgia, Palace Hotel de Monte Real, Monte Real (2013).
- Regente do módulo de *Direito da Medicina / Direito da Saúde*, Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (2012).
- Colaboração no Painel de Discussão de casos clínicos no Módulo de *Ética, Programa Gulbenkian de Doutoramento para Médicos*, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (coordenação do Prof. Doutor João Lobo Antunes) (2010).
- Professora Auxiliar Convidada de *Direito da Saúde* do ISCTE-INDEG Business School, no *Curso de Mestrado em Gestão dos Serviços de Saúde* (desde 2008).
- Colaboração docente no *Curso de Mestrado em Bioética*, módulo “Argumentação e Bioética”, na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, a convite de Manuel Silvério Marques (2007; 2009).
- Colaboração docente no *Curso de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses*, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, ministrado no Instituto Nacional de Medicina Legal (coordenação do Prof. Doutor Jorge Soares) (2003).
- Colaboração docente nos *Cursos de Mestrado em Bioética*, Módulo *Ética da Decisão Clínica*, a convite do Prof. Doutor João Lobo Antunes (2000; 2001; 2002); a convite do Prof. Doutor António Barbosa (2009; 2010; 2012).
- Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique (1995-1996).
- Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1991-1998).
- Professora Auxiliar da Universidade Lusíada de Lisboa desde 1991 (onde rege nomeadamente a disciplina de *Direito Penal Médico* no Curso de Mestrado em Direito, desde 2008)



- Assistente estagiária da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1985-1991).
- Monitora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1983-1985).

Atividade de Investigação

- Investigadora Integrada do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais (IDPCC) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Membro do Conselho Científico do *Health Governance Research Institute* (HGRI) (ISCTE-IUL).
- Investigadora Associada do Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Investigadora do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA), Grupo de Investigação em Direito Público e Teoria Política, da Universidade Lusíada.
- *Visiting Professor*, King's College (da Universidade de Londres), Centre of Medical Law and Ethics (2003-2005).

Consultoria científica e missões

- Membro da Comissão de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (desde 2008, alargada desde 2011 ao Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, e passando a integrar o Centro Académico de Medicina de Lisboa).
- Colaboração científica ao Novo Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção VIH/SIDA 2011-2014 (a convite do Coordenador Nacional para a Infecção VIH/SIDA, Prof. Doutor Henrique Barros)
- Colaboração científica ao III Congresso da CPLP, VIH/SIDA*IST [Infeções Sexualmente Transmissíveis], Centro de Congressos Lisboa, 2009-2010.
- Colaboração científica ao II Congresso da CPLP, VIH/SIDA*IST [Infeções Sexualmente Transmissíveis], Rio de Janeiro, 2008.
- Consultora da ONUSIDA e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) junto da Assembleia da República de Moçambique no âmbito do processo de elaboração do *Projeto de Lei de Defesa dos Direitos Humanos e Combate à Estigmatização e Discriminação das Pessoas Vivendo com HIV e SIDA* (2008).
- Membro do Conselho Consultivo do GAT – *Grupo Português de Activistas sobre Tratamento de VIH/SIDA* (ONG), desde 2007.

Formação Académica e Profissional

- Doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais (Direito da Medicina), pela Universidade Lusíada de Lisboa, com a classificação de



“aprovado com distinção e louvor por unanimidade” (2007) (júri integrando Professores da Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Católica).
Investigação, com bolsa da FCT, no *Centre of Medical Law and Ethics* do King’s College da Universidade de Londres (2003-2005).
Dissertação: *Segredo Médico como Garantia de Não-Discriminação: Estudo de caso HIV/SIDA*, publicada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Centro de Direito Biomédico (2009).

- Mestre em Direito (Ciências Jurídicas), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1991.
- Licenciada em Direito (Ciências Jurídicas), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, (1979-1983).
- Conclusão do Ensino Secundário no Liceu Nacional de Rainha Dona Leonor, em Lisboa, 1977.

Sociedades Científicas e Profissionais

- Membro fundador e do conselho de governadores da *ALDIS – Associação Lusófona de Direito da Saúde* (sede na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).
- Membro da *European Association for Health Law*.
- Membro da *World Association of Medical Law*.
- Membro da *ISA - International Sociological Association*.
- Inscrita na Ordem dos Advogados em 1985 e exercício da advocacia até 1990.

Publicações

(na área do Direito da Medicina salvo indicação em contrário)

- 2 livros (Direito da Medicina) e um livro em Direito Penal.
- 11 capítulos de livros.
- 22 artigos científicos em revistas internacionais e/ou revistas nacionais com arbitragem científica.
- 14 pareceres.
- 87 comunicações ou palestras científicas, muitas das quais em colóquios internacionais, a maior parte a convite (desde 2000).

Orientações de Doutoramentos e Mestrados

- Responsável pela orientação de 5 teses de doutoramento e 14 de mestrado, todas na área do Direito da Medicina.



Bolsas e Prémios

- “ISERD excellent Paper Award”, atribuído à comunicação “Impact of the economic crisis in the approval of new oncological drugs – the Portuguese paradigm” (co-autoria Isabel Fernandes, Maria Céu Rueff, Sofia Portela, André Mansinho), *ISERD-International Society for Engineering Research and Development Conference*, Lisboa, 23 Agosto 2015, publicado in: *Proceedings of 9th ISERD International Conference 23rd August 2015*. ISBN 978-93-85465-71.
- Bolsa de Pós-Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade Coimbra (2008-2011) e no CEJEA da Universidade Lusíada (2011-2014).
- Bolsa de doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Tema da investigação: *O segredo médico como garantia de não discriminação. Estudo de caso: HIV/SIDA*. A investigação decorreu em Portugal e no Reino Unido, sob a orientação da Prof. Doutora Maria Teresa Pizarro Beleza, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, e do Professor Jonathan Glover, diretor do *Centre of Medical Law and Ethics* do *King’s College* da Universidade de Londres (2002-2005).



Curriculum vitae

Dalmázia Helena de Castanheira e Cossa

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

- Licenciada em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane – UEM – 5 de Novembro de 1998
- Mestre em Saúde Pública pela Universidade Eduardo Mondlane - UEM – 3 de Novembro de 2006
- Mestre em Direitos Humanos - UEM - 2011

EDUCAÇÃO / FORMAÇÃO

1990/91 Manyanga	Nível Médio – Escola Secundária Francisco
1992/95	Bacharel em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane – UEM
1994/96	5º Nível de Inglês – Instituto de Línguas de Maputo
1998	English Course – College United Kingdom
1998	HURISA – Human Rights Institute of South África: Curso sobre a Montagem de uma Base de Dados e Tratamento de Normas Internacionais
1999	Curso sobre Teorias e Práticas dos Direitos Humanos – Organizado pela Danish Centre em Copenhague - Dinamarca
1999	Curso sobre o Código dos Substitutos do Leite Materno para os PALOP´s
2000	Curso em Liderança e Saúde Reprodutiva - University of the Witwatersrand
2001	Intensive Course in Health and Human Rights – Harvard University – USA



- 2005** Curso sobre os instrumentos de ratificação das ONU – Namíbia
- 2007** Capacity Building Workshop & Study Tour of Health System Strengthening to Address Reduction of Maternal & Neo-Natal Mortality (OHNA)

EXPERIÊNCIA ACADÉMICA:

- 1999-2015** Advogada e Membro da Ordem dos Advogados de Moçambique
- 2007** Curso de Elaboração de Pareceres Legislação - Maputo
- 2005/2006/2007** Colaboradora no ISPU; Tutora em diversos trabalhos de pesquisa; Colaboradora no ISCISA na cadeira de Legislação Sanitária
- 2000/2** Colaboradora no Instituto de Ciências de Saúde na Cadeira de Direito Administrativo
- 1996/98** Formadora na Associação dos Direitos Humanos
- 1993/94** Formadora em Educação Cívica para as Eleições Gerais

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 1999/2007/2015** - Assessora Jurídica de S. Excia Ministra da Saúde de Moçambique
- 2012/2015** - Membro do Conselho Superior da Magistratura designada pela Assembleia da República - Bancada Parlamentar da Frelimo
- 2013/2015** - Presidente da Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica; e Membro da Federação Internacional das Mulheres de Carreira Jurídica - França - Conselheira do Bureau



- 2012** Membro da Comissão Nacional dos Direitos Humanos – CNDH - designada pelo Governo – MISAU
- 2007** Membro do grupo Multi-Sectorial para a reestruturação das Unidades Orgânicas dos Ministérios; e Formadora no Curso de protecção da Maternidade e o Aleitamento Materno
- 2005** Membro do grupo Multi-sectorial sobre Justiça de menores
- 1996/99** Assessora Jurídica junto da Direcção da Administração do Parque Imobiliário do Estado (A.P.I.E.) – Ministério das Obras Públicas; e Assessora na Associação dos Direitos Humanos e Desenvolvimento - DHD
- 2000/2007** Elaboração de diversa legislação na área da saúde e na Administração Pública
- 2005/2007** Comissão Instaladora da Fábrica de Anti-Retrovirais



Curriculum vitae

Dulce Maria Martins do Nascimento

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 2013 a 2016 Advogada Colaborativa no Brasil (Minas Gerais) e em Portugal; Consultora com especialidade em MESC - Meios Extrajudiciais de Resolução de Conflitos na Ferreira Ramos, Filomena Girão e Associados, Soc. de Advogados, RI, Coimbra – Portugal e Soc. Advogados no Brasil
- 2013 a 2016 Professora de MESC em Pós-Graduação, Extensão e Especialização, em entidades públicas e privadas (OAB-MG; PUC-Minas; IEC; Milton Campos; Newton Paiva; UFMG; IBMEC; CEDIN; IMAB; Defensoria Pública MG; Procuradoria-Geral de Justiça do Brasil-MP-MG)
- 2007 a 2016 Dinamizadora dos projetos: “Advocacia em Procedimentos de Mediação”, reconhecido pelo ICFML/IMI, e “Mediação de conflitos vai à Escola” – Portugal e Brasil
- 2005 a 2016 Mediadora Judicial no Julgado de Paz 2005 a 2008. Desde 2014 - Mediadora de Conflitos integrante da lista da DGPJ – Direção Geral da Política de Justiça Ministério da Justiça Português (Lei 29/2013), da Lista de Mediadores Familiares do SMF-Portugal e no TJ-MG-Brasil
- 2003 a 2016 Mediadora Extrajudicial de Conflitos Ad Hoc e em diversas Câmaras de Mediação e Arbitragem (CAMARB; CAMINAS; entre outras) com especialização nas áreas: Empresarial, Trabalho, Saúde,



	Médica, Civil, Consumo, Familiar e Escolar (<i>por incompatibilidade de funções suspendi em 2008 e reativei em 2013</i>)
2008 a 2013	Juíza Coordenadora do Julgado de Paz de Santa Maria da Feira (<i>durante o ano de 2012 em acumulação de funções do JP de Mira e do JP de Montemor-O-Velho</i>) - Tribunal não Judicial
2006 a 2008	Mediadora Judicial Laboral e Coordenadora dos Mediadores no SML de Lisboa (MJ)
2006 a 2008	Coordenadora do projeto "Importância do Advogado na Mediação" – Lisboa
2006 a 2007	Professora no Curso Base de Mediação de Conflitos (130h) lecionado pelo IMAP – Lisboa
2003 a 2008	Consultora Jurídica, Gestora de Recursos Humanos e Mediadora de Conflitos – Lisboa
1998 a 2008	Advogada Portugal e Brasil (por incompatibilidade de funções suspendi atividade em 2008 tendo reativado em 2013 na OA Portugal - Lisboa (cédula OA/L n.º 16199L), e simultaneamente procedido à inscrição na OA Brasil - Belo Horizonte – Minas Gerais (cédula OAB/MG n.º 146.839))
1997 a 2008	Assessora de Administração e órgãos de Direção empresarial (Jurista e Recursos Humanos)
1995 a 1997	Assessora de Direção empresarial do Instituto Superior de Transportes



FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

2015	Certificação como Mediadora Internacional, pelo IMI – International Mediation Institute
2015	Especialização em Responsabilidade Médica pela OA de Portugal – Prof. André Gonçalves Pereira Advocacia em Procedimentos arbitrais pela OAB-MG do Brasil
2014 a 2015	Mediação Judicial (teoria e prática) – TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais) - Brasil
2014	Práticas Colaborativas nas áreas cível e empresarial (Premiada no Projeto Innovare - Brasil)
2014	Conciliação e Resolução de Conflitos para representantes de empresas – ENAM
2014	Especialização em Mediação Empresarial - Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil
2014	Atribuição do Grau de Mestre em Direito, Universidade Lusíada, Faculdade de Direito Lisboa (16 valores) - <i>Julgados de paz e conciliação: sua importância no paradigma da Justiça Restaurativa</i>
2014	Certificação como Mediadora Lusófona pelo ICFML (Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos)
2013	Capacitação no curso Internacional de formação de Mediadores - Prevenção e Resolução de conflitos pela CPR - International Institute for Conflict Prevention & Resolution.



2013	Negociação e Mediação de Conflitos; Técnicas de Mediação Familiar para membros do Ministério Público (24 horas) - ENAM – Escola Nacional de Mediação e Conciliação - Ministério Público do Estado de Minas Gerais - Procuradoria-Geral de Justiça
2012	CBV – International Certificate in Coaching by Values - Gestion MDS - Certificação Internacional em Coaching por Valores
2008	II curso específico para Juízes de Paz – Ministério da Justiça de Portugal - 3ª classificação do concurso público
2007	Especialização Teórico-prático de Mediação Familiar (90 horas) reconhecido pelo IMAB (Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil) e pelo Ministério da Justiça de Portugal
2006	Especialização Teórico-prático de Mediação Laboral (90 horas) reconhecido pelo IMAB (Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil) e pelo Ministério da Justiça de Portugal
2004	Estágio de Mediação de Conflitos - Orientado no Julgado de Paz de Lisboa pelo IMA, IMAB e Ministério da Justiça de Portugal – e prova escrita de Mediação Arbitragem, Conciliação e Negociação (60 horas) - AMC (Associação de Mediadores de Conflitos) e IMAB - Ministério da Justiça de Portugal
2003	Formação Teórico-prática em Mediação de Conflitos (130 horas) AMC (Associação de Mediadores de Conflitos) IMAB (Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil) e DGAE (Direção Geral de



	Administração Extrajudicial) - Ministério da Justiça de Portugal
2000	Formação de formadores (105 horas) – Instituto de Formação Profissional, Portugal
1998 a 2000	Estágio e Aprovação com agregação na Ordem dos Advogados – Lisboa, Portugal
1998 a 1999	Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos, Instituto Superior de Gestão (16V)
1991 a 1997	Graduação em Direito (5 anos), Universidade Lusíada Faculdade de Direito de Lisboa

ATIVIDADE ACADÉMICA E CIENTÍFICA (referência)

2016	Componente do Conselho de Justiça Restaurativa - Fórum de medidas socioeducativas de MG
2016	Componente do INESP – Instituto Nova-Limense de Estudo do Sistema Penitenciário
2013 a 2016	Investigadora do Centro de Investigação da Faculdade de Direito da Universidade (Clássica) de Lisboa (Observatório da Família)
2008 a 2016	Relatora do Observatório dos Direitos Humanos – Portugal
2008 a 2016	Oradora convidada para diversos Congressos, Seminários, Conferências e Palestras
2013 a 2015	Orientadora do GEMedE - Grupo de Estudos em Mediação Empresarial da PUC Minas – Pontífice Universidade Católica - Minas Gerais – Brasil



1996

Fundadora do Centro de Estudos Jurídico Laborais da Universidade Lusíada Faculdade de Direito de Lisboa

INTERVENÇÕES PÚBLICAS (referência)

Outubro 2015

Presidente de Painel Arbitragem e Mediação no novo CPC e legislação especial, no I Congresso de Processo Civil - PUC MINAS.

Setembro 2015

Oradora no Fórum de medidas extrajudiciais no X seminário de extensão universitária da PUC MINAS – a prática da Mediação e a experiência portuguesa

Maio 2015

Oradora na IV semana jurídico cultural da escola de Direito do Centro Universitário Newton Paiva trabalhando o tema “Mediação nas relações de consumo”

Março 2015

Oradora Convidada na Universidade Lusófona do Porto – Justiça Restaurativa

Fevereiro 2015

Oradora Convidada no II Congresso de Arbitragem e Mediação Empresarial, PUC de São Paulo. Intervenção no painel: Mediação empresarial no Brasil: passado, presente e futuro

Dezembro 2014

Conferencista no ISCAC – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra – Novos Rumos do Direito: Resolução consensual ou não adversarial de litígios

Março 2014

Palestrante no painel A prevenção de conflitos empresariais, mediação e



	outros métodos dialógicos de resolução de disputas do I Congresso Brasileiro de Arbitragem e Mediação Empresarial BH-MG
Setembro 2013	Palestrante - PUC MINAS - VIII Seminário de extensão da PUC Minas - mesa redonda com o tema: Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos
Agosto 2013	Palestrante - UFMG – Métodos Não Adversarias de Resolução de Litígios
Dezembro 2011	Congressista com a Intervenção “Conciliação e Mediação – distinção e relevância Jurisdicional” – I Congresso dos Juízes de Paz Portugueses – AJPP
Outubro 2011	Congressista com intervenção: “Justiça Restaurativa por meio de Conciliação nos Julgados de Paz” - II Congresso Internacional de Mediação – Justiça Restaurativa – GRAL-MJ e ISCSP
Julho 2011	Palestrante - Third European Lay Judge Forum in London - European Academy Berlin
Novembro 2009	Coordenadora e Palestrante no âmbito da «Marcha Mundial pela Paz e a Não-Violência» em Aveiro, com a presença de D. Ximenes Belo, prémio Nobel da Paz em 1996

OBRAS PUBLICADAS (referência)

2015

As vantagens da escolha pela Mediação Empresarial, em coautoria com o Professor Leandro Rennó, in Direito Empresarial – estudos em homenagem ao Professor Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa Editora IASP



2015

Mediação carece de reconhecimento profissional, Revista Business Portugal - Janeiro 2015 <http://revistabusinessportugal.pt/mediacao-carece-de-reconhecimento-profissional/>

2015

Relevância dos procedimentos extrajudiciais diferenciados para a resolução efetiva e eficaz de disputas empresariais: utilização dos métodos dialógicos na prevenção de conflitos, in Edição Especial da Revista de Arbitragem e Mediação Empresarial do GEArb-GeMedE

2014

Mediação de Conflitos na Escola - Projeto aplicado na infância com integração de idosos - Artigo aprovado pelo Global Mediation Forum, Rio de Janeiro

2014

Portugal e os Julgados de Paz, in Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo, v. 4, n. 15, set. 2014, p. 127 – 154

2014

Dissertação de Mestrado – Julgados de Paz e Conciliação: sua importância no paradigma da Justiça Restaurativa
http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/716/1/md_dulce_nascimento_dissertacao.pdf

2013

Clube Mediação, Chiado Editora, Lisboa (Mediação Escolar)

2011

Justice of Peace Court – Pt – II Congresso Internacional de Mediação ISCSP – Workshop nº 11
http://www.iscsp.ulisboa.pt/images/stories/Noticias/Eventos/Cong_Mediacao_Familiar_2010/paper_mediacao_2.pdf



2010

A importância do advogado no Julgado de Paz e na Mediação (Justiça de Proximidade)

2008 a 2012

Diversas sentenças publicadas e disponíveis em <http://www.dgsi.pt/>: 2012 - 28 sentenças; 2011 - 27 sentenças; 2010 - 37 sentenças; 2009 - 30 sentenças; 2008 - 31 sentenças

ATIVIDADE ASSOCIATIVA E SOCIAL (referência)

2015 a 2016

Membro do Conselho de Governadores da ALDIS – Associação Lusófona do Direito da Saúde

2015 a 2016

Vice-presidente de Relacionamento com as Regionais do ICFML-Brasil

2015 a 2016

Membro do INESP – Instituto Nova-Limense de Estudo do Sistema Penitenciário

2015 a 2016

Associada da ABMCJ – Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica

2015 a 2016

Mediadora no TJ-MG

2014 a 2016

Diretora do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento da AMCC-MG - Brasil

2014 a 2016

Membro do Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte – Brasil



2013 a 2016

Membro efetivo da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB – Minas Gerais

2010 a 2016

Membro do Rotary Club de Aveiro e Voluntária no Banco Alimentar contra a fome (Pt)

2014 a 2015

Diretora da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil – Minas Gerais

2009 a 2015

Associada do GEMME - Groupement Européen des Magistrats pour la Médiation

2010 a 2013

Presidente da Assembleia Geral da Associação de Juízes de Paz Portugueses (AJJUP)

2009

Coordenadora por Aveiro da Marcha Mundial pela Paz e Não violência



Curriculum vitae

Carla Barbosa

Licenciada em Direito; pós-graduada em Direito da Medicina com o tema Processo Clínico com a classificação de Muito Bom; frequência de pós-graduação em Direito da Farmácia e do Medicamento.

Advogada com foco de atuação na área do direito da saúde; investigadora e associada do Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; secretária científica, membro do Conselho Redatorial e colaboradora permanente da Lex Medicinae – Revista Portuguesa de Direito da Saúde; investigadora do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na linha Vulnerabilidade e Direito (área de direito da medicina).

Membro da Comissão de Ética para a Saúde da ARSCentro; membro da comissão de aconselhamento para elaboração da norma sobre Consentimento Informado da DGS.

Membro do Conselho de Administração da Fundação Portuguesa a Comunidade Contra a Sida.

External expertise em projetos na área da saúde financiados pela Comissão Europeia.

Docente em sucessivos Cursos de Pós-graduação, cursos de Mestrado e Cursos de Doutoramento sobre temas de Direito da Medicina.

Participou em diversos colóquios e ciclos de conferências (nacionais e internacionais) sobre temas de direito da medicina e tem publicações.



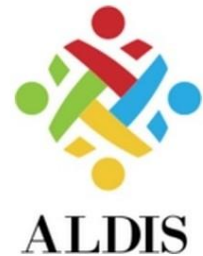
Curriculum vitae

Ferreira Ramos

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, é formador e desempenhou as funções de tutor técnico do IEFP nas áreas de gestão de Recursos Humanos, Gestão Global, Legislação do Trabalho, Legislação Comercial e Higiene e Segurança no Trabalho, frequentou a Pós-Graduação em Gestão de Empresas na Universidade Católica Portuguesa e realizou os cursos de pós graduação do Centro de Direito Biomédico, nas áreas de “Processo Clínico e Segredo”, “Responsabilidade Médica”, “Consentimento Informado” e “Responsabilidade Civil, Penal e Disciplinar da Indústria Farmacêutica e dos Farmacêuticos”.

De 1991 a 1999, foi deputado à Assembleia da República nas VI e VII Legislaturas.

Advogado e sócio da FAF Advogados, tem sido responsável pelas áreas de Direito das Empresas e do Trabalho, o que motiva a assessoria de múltiplas empresas e Associações. É ainda responsável pelas áreas de Direito da Educação e de Direito Global.



Curriculum vitae

Filomena Girão

Licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra, frequentou o Mestrado em Gestão e Direito na Universidade Católica e realizou os cursos breves de pós graduação do Centro de Direito Biomédico, nas áreas de “Processo Clínico e Segredo”, “Responsabilidade Médica”, “Consentimento Informado” e “Responsabilidade Civil, Penal e Disciplinar da Indústria Farmacêutica e dos Farmacêuticos”. Advogada e sócia da FAF Advogados, tem sido responsável pelas áreas de Direito das Empresas e do Trabalho, o que motivou o seu envolvimento em múltiplos processos de reestruturação de empresas. É ainda responsável pela área de Direito da Saúde. É cofundadora da ALDIS, Associação Lusófona do Direito da Saúde, cuja direção integra, e membro da WAML, World Association for Medical Law.



Curriculum vitae

Eduardo Vasconcelos dos Santos Dantas

Advogado, formado pela Universidade Federal de Pernambuco, 1995.;

- Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (PE e AL) desde 1995;
- Inscrito na Ordem dos Advogados de Portugal desde 2011;
- Pós-graduado em Direito de Consumo pela Universidad de Castilla-La Mancha (Espanha, 2001);
- Mestre em Direito Médico pela University of Glasgow (Escócia, 2007);

Dissertação: **Informed Refusal: the right not to be treated or to refuse treatment. A comparative study between Brazilian and UK Law.**

- Doutorando em Direito Civil pela Universidade de Coimbra;
- Vice Presidente da World Association for Medical Law;
- Membro do Board of Governors da World Association for Medical Law, desde 2008;
- Vice Presidente da Associação Latinoamericana de Direito Médico;
- Presidente da ABDS – Associação Brasileira de Direito da Saúde;
- Presidente da APEDIMES - Associação Pernambucana de Direito Médico e da Saúde;
- Professor da *Escola Paulista de Direito (Pós-graduação em Direito Médico)*, São Paulo, Brasil;
- Professor da Universidade Católica de Salvador (*Pós-graduação em Direito Médico*), Salvador, Brasil;
- Membro da *Association Française de Droit de la Santé*;
- Membro e coordenador pedagógico da *Association de Recherche et de Formation en Droit Médical* ;



- Ex-presidente e fundador da Comissão de Saúde e Biodireito da OAB/AL;
- Presidente da Comissão de Direito e Saúde da OAB/PE;
- Ex-Presidente da Comissão de Bioética da OAB/PE;
- Membro da Comissão Especial de Direito Médico e da Saúde do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- Membro do Conselho Editorial da *Revista de Direito Médico e da Saúde*, desde 2005;
- Colaborador permanente da *Lex Medicinae* (Revista Portuguesa de Direito Médico)
- Representante para a América Latina da *Association de Recherche et de Formation en Droit Médical*;
- Membro do Conselho Editorial da *Revista Latinoamericana de Derecho Médico y Medicina Legal*;
- Membro do Conselho Editorial da *Medicine & Law Journal*.

PRINCIPAIS ARTIGOS E PUBLICAÇÕES:

1. Autonomy. The right not to be treated or to refuse treatment under the Brazilian legal perspective. *In Évolution Récente des Actions en Responsabilité Médicale en France: Comparaison avec l'étranger*. Bordeaux, Les Études Hospitalières, France, p. 169-186, 2008.
2. La chirurgie plastique comme obligation de moyens. Aspects de la responsabilité civile dans le droit brésilien. *Revue Générale de Droit Medical*, v. 26, p. 23-38, 2008.
3. La responsabilité civile du chirurgien plastique. *Revista de Direito Médico e da Saúde*, v. 09, p. 71-94, 2007.
4. A Resolução CFM 1805/2006, e os cuidados paliativos: reflexões sobre seus aspectos psicológicos e jurídicos. *Revista de Direito Médico e da Saúde*, v. 08, p. 117-130, 2007.



5. A responsabilidade civil do cirurgião plástico. A cirurgia plástica como obrigação de meio. *Lex Medicinae - Revista Portuguesa de Direito da Saúde*, v. 7, p. 69-79, 2007.
6. Autonomia do Paciente e Escolha Esclarecida: Repensando o Consentimento Informado. *Revista de Direito Médico e da Saúde*, v. 10, p. 07-39, 2007.
7. Controvérsias relativas à prescrição do erro médico. *Revista do Curso de Direito da Faculdade Maurício de Nassau*, v. 02, p. 15-36, 2007.
8. Diferenças entre o consentimento informado e a escolha esclarecida, como excludentes de responsabilidade civil na relação médico x paciente.. *Lex Medicinae – Revista Portuguesa de Direito da Saúde*, v. 08, p. 115-134, 2007.
9. Responsabilidade civil hospitalar: breves notas doutrinárias e jurisprudenciais. *Revista de Direito Médico e da Saúde*, v. 11, p. 41-60, 2007.
10. Aspectos históricos da responsabilidade civil médica. *Revista de Direito Médico e da Saúde*, v. 05, p. 47-66, 2006.
11. Responsabilidade civil odontológica: Características e conseqüências. *Revista de Direito Médico e da Saúde*, v. 06, p. 45-53, 2006.
12. Ethics and medical research. *Revista de Direito Médico e da Saúde*, v. 07, p. 99-102, 2006.
13. A responsabilidade civil do cirurgião Plástico. *Revista de Direito Médico e da Saúde*, v.01, p. 05-18, 2005.
14. El seguro de responsabilidad civil y profesional: La falsa profilaxis del error médico. *Revista de Direito Médico e da Saúde*, v. 02, p. 31-44, 2005.
15. Controvérsias relativas à prescrição do erro médico. *Revista de Direito Médico e da Saúde*, v. 03, p. 34-48, 2005.
16. O exercício da medicina e o código de defesa do consumidor. Aspectos atuais do Direito brasileiro e Espanhol. *Revista de Direito Médico e da Saude*, v. 04, p. 05-39, 2005.



17. El seguro de responsabilidad civil y profesional - La falsa profilaxis del error médico. Revista del Tribunal Superior de Justicia del Estado de Durango, México, v. 60, p. 113-132, 2001.

LIVROS PUBLICADOS

- 1.** La defensa del consumidor de crédito bancário. (2004).
- 2.** Words Put Together. (2004).
- 3.** Subdesenvolvimento em Relações Internacionais. (2008).
- 4.** Direito Médico. 2008 (2ª edição, 2012)
- 5.** Comentários ao Código de Ética Médica. 2010 (2ª edição, 2012)
- 6.** Autobiography of a Stranger. (2010).
- 7.** Thai Kiss. (2012).
- 8.** 26.2. (2013).
- 9.** Droit Médical au Brésil. (2013).



Curriculum vitae

João Vaz Rodrigues

- . Licenciado em Direito (1984);
- . Advogado (desde 1986): sócio da Sociedade de Advogados: «Vaz Rodrigues, Calejo Pires, Salter Cid & Associados» (desde 1990), Évora;
- . Professor auxiliar na Universidade de Évora:
(docente desde 1988, assistente convidado e assistente);
- . Prestou Provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica na UÉv (2000);
- . Doutorou-se em Teoria jurídico-política e relações internacionais (2015);
- . Vogal do Conselho de Departamento de Economia da Universidade de Évora (desde 1990);
- . Integrou várias comissões e assessorias avulsas no âmbito das funções docentes na UÉv;
- . Pós-graduado em Direito da Medicina na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), 1996;
- . Associado do Centro de Direito Biomédico (CDBM) da FDUC (desde 2000);
- . Colaborou em sucessivos Cursos de Pós-graduação em Direito da Medicina (CDBM da FDUC), desde 2001;
- . Colaborador da Revista *Lex Medicinae*, Coimbra Ed. CDBM|FDUC;
- . Desempenhou vários cargos na Ordem dos Advogados de Portugal (OA):
- . Conselho Distrital de Évora da OA: vogal (1998/2001); . Presidente (2001/2004);
- . Vice-Presidente do Conselho Superior (2007/2011);
- . Membro do Conselho Superior de Magistratura (desde 2011);



- . Associado da ALDIS (Associação Lusófona de Direito da Saúde (2015);
- . Membro do Conselho de Ética da Santa Casa da Misericórdia de Évora (SCME), 2015;
- . Membro da Comissão de Ética para a Saúde do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP (INSA), 2016.
- . Participou em diversos colóquios e ciclos de conferências e tem várias publicações.



Curriculum vitae

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira

Prof.-Adj. e Coord. das Ciências Jurídico-Fundamentais na Escola Superior de Gestão do IPCA (Minho, Portugal). Prof.-Conv. no Mestrado na Universidade do Minho. Investigador do CEDU–Centro de Estudos em Direito da União Europeia. Doutor-LLD e Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Director da Revista internacional jurídica CONSINTER- Editora Juruá, Curitiba, Paraná, Brasil. Fundador do CEPADEJ- Conselho Editorial Português para a Área do Direito da Editora Juruá.



Curriculum vitae

Luísa Neto

Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e doutorada pela Universidade do Porto (com a dissertação subordinada ao tema 'O direito à disposição sobre o próprio corpo - a relevância da vontade na configuração do regime', publicada sob a chancela da Coimbra Editora em 2004). Professora da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, onde é igualmente directora do doutoramento em Direito, colabora com outras instituições científicas e universitárias, publicando e exercendo ainda actividade de jurisconsulto em matérias de Direito Público e Medicina Legal. É ainda membro do Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, por designação da Assembleia da República.



Curriculum vitae

Nuno Manuel Pinto Oliveira

Professor associado com agregação da Escola de Direito da Universidade do Minho.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1995), doutor em Ciências Jurídicas pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (2000) e agregado em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Privatísticas, pela Universidade do Minho (2008).

Membro da Associação Jurídica de Braga, do Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e do Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos (CIIDH) da Universidade do Minho, da ALDIS — Associação Lusófona de Direito da Saúde, da SECOLA — Society of European Contract Law — e do ELI — European Law Institute



Curriculum vitae

Orquídea Palmira da Graça Massarongo

FORMAÇÃO ACADÉMICA:

- Estudante de Doutoramento em Direitos Humanos na Universidade de Ghent – Bélgica (Em curso desde 2012), tema: “Direitos Sexuais e Reprodutivos da Mulher nas Relações de Trabalho”.
- Mestrado em Direito do Comércio Internacional, Universidade de Stellenbosch (Cape Town), África do Sul (2003)
- Licenciada em Direito, Universidade Eduardo Mondlane, 2002

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

(Actividade Académica & Investigação)

- Coordenadora de Programa: Coordenadora Adjunta para à Pós-Graduação, Faculdade de Direito (Universidade Eduardo Mondlane -UEM) (2009-2015)
- Coordenadora do Projecto Direitos Humanos (P1) do Programa Desafio (Cooperação inter-Universitária entre a UEM e Universidades Flamengas) Centro de Direitos Humanos – UEM;
- Coordenadora da Pesquisa Revista de Direitos Humanos (UEM-Faculdade de Direito) (desde 2011)
- Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (disciplinas Direito Comercial, Direito Internacional Económico & Direitos Humanos (2004-2015)
- Coordenação do Programa de Mestrado em Direitos Humanos em parceria com a Universidade de Pretória e Universidade de Ghent (Bélgica) desde 2012
- Projecto sobre Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com a Universidade de Pretória, África do Sul (2012-2014)
- Projecto sobre Justiça penal Internacional (Capacitação de Juízes e Formação de Formadores nos PALOPS) - 2011
- Formadora no curso de Capacitação dos Comitês Institucionais (IRB) de Bioética para Saúde, CNBS, Ministério da Saúde, (2010 & 2013)



EXPERIÊNCIA EM ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO

- Formadora no Curso sobre 'Procedimentos de Revisão Ética na Pesquisa em Protocolos da área de Saúde', CNBS, Julho 2011
- Formadora no Curso sobre 'Uso de Amostras Biológicas na Pesquisa (dirigido a investigadores e membros dos comités de Pesquisa Bioética), CNBS, Dezembro 2011
- Formadora no Curso Internacional de Direito e Saúde: Direito e Saúde numa perspectiva internacional, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Escola Nacional de Saúde Pública, Grupo Direitos Humanos e Saúde (DIHS) 18-29 Novembro 2013, Rio de Janeiro, Brasil
- Organizadora da Revista sobre Direitos Humanos, "*Direitos da Pessoa com Deficiência*" Vol. 2, 2013 & 4, 2015

ARTIGOS & PUBLICAÇÕES

- Organizadora da Revista sobre Direitos Humanos, "*Direitos Sexuais e Reprodutivos & HIV/SIDA*" Vol. 1, 2012 & Vol. 3 2015
- A Protecção contra a violência Doméstica no Ordenamento Jurídico Moçambicano, Artigo apresentado a Conferência Internacional sobre: "*As Reformas Jurídicas de Macau num contexto Global: Direito Penal & Protecção de Direitos Fundamentais*" Universidade de Macau, China-Macau, Novembro, 2012
- Co-Organizadora de "*Reflexões sobre o Direito do Trabalho e Segurança Social em Moçambique e Macau*". (Com Prof. Augusto Teixeira Garcia), Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane Moçambique, Novembro de 2012
- *Direito a Saúde & Protecção Social em Moçambique*, Publicado na Revista Jurídica da Universidade de Macau, 2011
- Co-Organizadora de "*Contribuições Jurídicas sobre a União de Facto e Direitos sobre a Terra em Macau e Moçambique*". (Com Profª. Doutora Wei Dan), Instituto para Estudos Jurídicos e Avançados da Faculdade de Direito de Macau, Setembro de 2011
- Adequabilidade da Lei de Arbitragem Moçambicana para a Arbitragem Comercial Internacional, Artigo Apresentado na Conferência Internacional: *The Harmonization of Commercial Laws in Africa and its Advantage for Chinese Investment in Africa*, University of Macau and Club OHADA, Novembro, 2007

Outras Informações:



- Membro do Conselho Académico da Universidade Eduardo Mondlane, pela área científica das Ciências Sociais e Humanas, (2008-2012)
- Membro do Comité Nacional de Bioética para Saúde, desde 2007
- Presidente do Conselho de Directores do Programa de Mestrado em Direitos Humanos e Democratização em África (Rede de Universidades Africanas Coordenado pela Universidade de Pretória) – 2011



Curriculum vitae

Sandra Mara Campos Alves

Formação acadêmica/titulação

2015 Doutorado em Saúde Coletiva.

Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil

Título: O recrutamento de médicos cubanos e a efetivação do direito à saúde: um estudo comparado em países lusófonos

Orientador: Maria Célia Delduque Nogueira Pires de Sá

2006 - 2008 Mestrado em Política Social.

Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil

Título: Processo de participação da sociedade civil nas consultas públicas realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2000 - 2006), Ano de obtenção: 2008

Orientador: Nair Heloisa Bicalho de Sousa

2011 - 2012 Especialização em Especialização em Direito Sanitário.

Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Brasil

Título: Saúde Suplementar e Poder Judiciário: uma análise das decisões judiciais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Orientador: Maria Célia Delduque

1993 - 1997 Graduação em DIREITO.

Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil

Atuação profissional

Diretoria Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz - DIREB/FIOCRUZ



Revisor de periódico

1. Revista Gerais: Revista de Saúde Pública do SUS/MG
2. Cuadernos Iberoamericanos de Derecho Sanitario
3. Revista de Direito Sanitário

Membro de comitê de assessoramento

1. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. **ALVES, S.M.C.**, DELDUQUE, M. C., RAGGIO, A. M. B.
Saúde Suplementar no Distrito Federal: o que pensa o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Tempus: Actas de Saúde Coletiva. , v.9, p.269 - 285, 2015.
2. DELDUQUE, MARIA CÉLIA, **CAMPOS ALVES, SANDRA MARA**
The Research Methodology In Health Law. CADERNOS IBERO-AMERICANOS DE DIREITO SANITÁRIO. , v.4, p.157 - , 2015.
3. DELDUQUE, M. C., DALLRI, S.G., **ALVES, S.M.C.**
Decreto que institui a Política Nacional de Participação Social: impactos na saúde. Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso). , v.30, p.2014 - 3, 2014.
4. **ALVES, S.M.C.**
Os sistemas de informação de saúde no Brasil e o direito à intimidade. CADERNOS IBERO-AMERICANOS DE DIREITO SANITÁRIO. , v.3, p.84 - , 2014.
5. THEOPHILO, R. L., **ALVES, S.M.C.**
O Cidadão e a Ouvidoria Geral do SUS: análise das demandas protocoladas no Disque Saúde em 2011. Tempus: Actas de Saúde Coletiva. , v.7, p.41 - 54, 2013.
6. **ALVES, S.M.C.**
CONSELHOS DE SAÚDE: espaço para o controle social e o exercício da cidadania. Ser Social (UnB). , v.15, p.85 - 113, 2004

Capítulos de livros publicados

1. **ALVES, S.M.C.**
A formação em direito sanitário: um diálogo possível a partir da interdisciplinaridade In: DIREITO À SAÚDE.1 ed.BRASILIA : CONASS, 2015, v.1, p. 42-47.
2. **ALVES, S.M.C.**
Democracia sanitaria en Brasil:carta de los derechos de los usuarios de la salud In: Derecho y Salud como realidades interactivas.1 ed.Navarra : Thomson Reuters Aranzadi, 2015, v.1, p. 963-970.
3. OLIVEIRA, M. S. C., **ALVES, S.M.C.**
Democracia e Saúde: o papel do Ministério Público nas instâncias participativas sanitárias In: Direito Sanitário em Perspectiva.1 ed.Brasília : Brasília, 2013, p. 235-248.
4. **ALVES, S.M.C.**
Democracia Sanitária e as consultas públicas nas agências reguladoras de saúde In: Temas em direito sanitário & saúde coletiva: SUS uma política pública de Estado.1 ed.Criciúma : UNESC, 2013, p. 123-138.



5. **ALVES, S.M.C.**

A participação da sociedade no processo de produção normativa da Anvisa por meio da consulta pública In: Produção Normativa em Saúde: políticas setoriais e regulação.1 ed.Brasília : Senado Federal:Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 31-43.

6. PEREIRA, M. F., CARVALHO, M. S., **ALVES, S.M.C.**

CIUDANÍA Y PARTICIPACIÓN EN SALUD: espacios y procesos participativos en la democracia brasileña In: El derecho desde la calle : introducción crítica al derecho a la salud.1 ed.Brasília : FUB;CEAD, 2012, v.6, p. 111-120.

7. **ALVES, S.M.C.**

Democracia Participativa e a Consulta Pública na Agência Nacional de Saúde Suplementar In: Temas Atuais de Direito Sanitário.1 ed.Brasília : CEAD/FUB, 2009, v.1, p. 45-63.

Livros organizados

1. ALBUQUERQUE, Simone Aparecida, OLIVINDO, Karoline Ferreira Aires, **ALVES, S.M.C.** CONCURSO DE ARTIGOS JURÍDICOS: direito e assistência social. BRASÍLIA : FIOCRUZ BRASÍLIA E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015, v.1. p.488.

2. DELDUQUE, M. C., **ALVES, S.M.C.**, DINO NETO, N.

Direito Sanitário em Perspectiva. Brasília : , 2015, v.4. p.688.

3. OLIVINDO, K. A. F., **ALVES, S.M.C.**, ALBUQUERQUE, S. A.

Olhares sobre o direito à assistência social. Brasília : FIOCRUZ BRASÍLIA E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015, v.1. p.160.

4. ALBUQUERQUE, Simone Aparecida, OLIVINDO, Karoline Ferreira Aires, **ALVES, S.M.C.**

DIREITO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. BRASÍLIA : FIOCRUZ BRASÍLIA E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014, v.1. p.134.

5. **ALVES, S.M.C.**, DELDUQUE, M. C., DINO NETO, N.

Direito Sanitário em Perspectiva. Brasília : Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, 2013 p.336.

6. DELDUQUE, M. C., SOUSA JUNIOR, J. G., COSTA, A. B., **ALVES, S.M.C.**, PEREIRA, M. F., CARDOSO, A. J. C.

El derecho desde la calle : introducción crítica al derecho a la salud. Brasília : FUB:CEAD, 2012 p.390.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. GOMES, F. D., **ALVES, S.M.C.**

Os projetos de lei sobre drogas ilícitas e o princípio da dignidade da pessoa humana In: III Congresso Ibero-Americano de Direito Sanitário e II Congresso Brasileiro de Direito Sanitário, 2013, Brasília.

Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, v.2, n.2 (2013). Brasília: Rede Ibero-Americana de Direito Sanitário, 2013. v.2. p.276 - 293

2. THEOPHILO, R. L., **ALVES, S.M.C.**

Ouidoria Ativa do Ministério da Saúde: aprimoramento de uma gestão democrática In: III Congresso Ibero-Americano de Direito Sanitário e II Congresso Brasileiro de Direito Sanitário, 2013, Brasília.

Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, v.2, n.2 (2013). Brasília: Rede Ibero-Americana de Direito Sanitário, 2013. v.v2. p.182 - 193

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. **ALVES, S.M.C.**

A participação popular na ANVISA e o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação: uma análise da consulta pública In: 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 2012, Porto Alegre.

Anais do 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. , 2012.

2. **ALVES, S.M.C.**, DELDUQUE, M. C.



O Poder Judiciário e a saúde suplementar: uma análise das decisões do Tribunal de justiça do Distrito Federal e Territórios In: 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 2012, Porto Alegre.

Anais do 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. , 2012.

3. **ALVES, S.M.C.**, SOUSA, N. H. B.

A participação da sociedade civil nas consultas públicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária In: Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária, 2008, Fortaleza.

Vigilância Sanitária e os 20 anos da Constituição Cidadã - Anais do IV Simbravisa. Rio de Janeiro: Abrasco, 2008.

4. **ALVES, S.M.C.**, SOUSA, N. H. B.

Como funciona o mecanismo de consulta pública da Agência Nacional de Vigilância Sanitária? Um estudo de caso In: Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária, 2008, Fortaleza.

Vigilância Sanitária e os 20 anos da Constituição Cidadã - anais do IV Simbravisa. Rio de Janeiro: Abrasco, 2008.

5. **ALVES, S.M.C.**

Participação e controle democrático em saúde: um estudo da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS In: XIV Congress of the International Association of Health Policy, 2007, Salvador.

Equidade, Ética e Direito à Saúde: desafios à Saúde Coletiva na mundialização. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2007.

Apresentação de trabalho e palestra

1. MORAIS, Deane D'Abadia, **ALVES, S.M.C.**

A atuação do Tribunal de Contas da União na concretização do direito à saúde, 2015. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

2. CERQUEIRA, J. P., **ALVES, SANDRA MARA CAMPOS**

A constitucionalidade do Projeto Mais Médicos para o Brasil, 2015. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

3. **ALVES, S.M.C.**

Participação em saúde e o panorama da produção científica, 2015. (Congresso, Apresentação de Trabalho)

4. FERREIRA, P. G., DELDUQUE, MARIA CÉLIA, BEM, I. P., **ALVES, SANDRA MARA CAMPOS**

Projetos de leis de iniciativa popular: a atuação da sociedade brasileira no poder legislativo, 2015. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

5. **ALVES, S.M.C.**, DELDUQUE, M. C.

A metodologia da pesquisa em direito sanitário, 2014. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

6. **ALVES, S.M.C.**

Política Nacional de Participación Social en Brasil y los impactos en la salud, 2014. (Outra, Apresentação de Trabalho)

7. THEOPHILO, R. L., **ALVES, S.M.C.**

DEMOCRACIA SANITÁRIA E OUVIDORIAS EM SAÚDE: UM RETRATO DO DISQUE SAÚDE NO ANO DE 2011, 2013. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

8. **ALVES, S.M.C.**

Derecho a la salud y ciudadanía: un análisis de la cartera de derechos de los consumidores de salud, 2013. (Outra, Apresentação de Trabalho)

9. **ALVES, S.M.C.**

Direito Sanitário e Legislação em Saúde, 2013. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

10. **ALVES, S.M.C.**

Los sistemas de la información de salud en Brasil y el derecho a la intimidad, 2013. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

11. GOMES, F. D., **ALVES, S.M.C.**



Os projetos de lei sobre drogas ilícitas e o princípio da dignidade da pessoa humana, 2013. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

12. **ALVES, S.M.C.**

Os sistemas de informação de saúde no Brasil e o direito à intimidade, 2013.

(Comunicação, Apresentação de Trabalho)

13. THEOPHILO, R. L., **ALVES, S.M.C.**

Ouvidoria ativa do Ministério da Saúde: aprimoramento de uma gestão democrática,

2013. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

14. **ALVES, S.M.C.**

A participação popular na ANVISA e o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação: uma análise da consulta pública, 2012. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

15. **ALVES, S.M.C.**

A positivação de políticas públicas pela via infralegal, 2012. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

16. **ALVES, S.M.C.**

Direito, Democracia e Saúde: a regulamentação da participação popular nas consultas públicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2012. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

17. **ALVES, S.M.C.**, DELDUQUE, M. C.

O Poder Judiciário e a saúde suplementar: uma análise das decisões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 2012. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

18. **ALVES, S.M.C.**

Participação e controle social nas agências reguladoras de saúde, 2011. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

19. **ALVES, S.M.C.**

Participação social na saúde, 2011. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)



Curriculum vitae

Vera Lúcia Carapeto Raposo

Habilitações literárias:

- 1999 Licenciatura em Direito (16/20), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), especialização em ciências jurídico-políticas
- 2002 Mestrado na área de Ciências Jurídico-Políticas, FDUC
- 2002 2003 Pós-Graduação em Direito da Medicina, FDUC
- 2012 Doutoramento na área de Ciências Jurídico-Políticas, FDUC.

Projectos académicos de investigação

- 2003 Projecto de investigação sobre direito biomédico na Roger Williams University, em Bristol, EUA
- 2003 Projecto de investigação sobre direito biomédico na American University e na George Washington University, em Washington, EUA
- 2006 Projecto de investigação, no âmbito dos estudos de doutoramento, na Faculdade de Direito de Barcelona, Espanha
- 2007 Projecto de investigação sobre direito biomédico e direito constitucional no Kennedy Institute for Ethics, Georgetown, Washington D.C. (EUA)
- 2007 Projecto de investigação no European Institute, Florence, Itália,

Experiência profissional

- 2002/ 2012 Professora Assistente na FDUC
- 2004/ 2006 Professora da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola)
- 2009/2010 Advogada/consultora na sociedade de advogados JPAB & Associados, Lisboa
- 2011/2013 Advogada/consultora na sociedade de advogados Vieira de Almeida & Associados (área saúde), Lisboa
- Desde 2012 Professora Auxiliar da FDUC
- Desde 2014 Professora Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

Pareceres:

Responsabilidade extracontratual do Estado, inside trading, direitos do arguido em processo penal, recolha compulsiva de ADN em processo penal, direito fiscal, direito das empresas, corporate governance, patentes, direitos adquiridos e domínio público, direito farmacêutico, propriedade intelectual, segredo de justiça, dados pessoais.



Conferências

Oradora em diversas conferências nacionais e internacionais.

Publicações mais relevantes no campo do direito médico:

Livros

De Mãe para Mãe: Questões Éticas e Legais Suscitadas pela Maternidade de Substituição, 2005

A Questão da Constitucionalidade das Patentes Pipeline à Luz da Constituição Federal Brasileira de 1988 (com J. J. Gomes Canotilho e Jónatas Machado), 2008

Direito à Saúde e Qualidade dos Medicamentos, (com Jónatas Machado), 2010

Do Ato Médico ao Problema Jurídico (Breves Notas sobre o Acolhimento da Responsabilidade Médica Civil e Profissional na Jurisprudência Nacional), 2013

O Direito à Imortalidade (O Exercício de Direitos Reprodutivos Mediante Técnicas de Reprodução Assistida e o Estatuto Jurídico do Embrião In Vitro), 2014

Artigos em revistas

“Maternidad de Substitución”, *Revista Latinamericana de Derecho Médico y Medicina Legal*, Vol. 8(1), 2003

“Questões Éticas nos Direitos Reprodutivos”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto*, Luanda, Angola, n.º 5, 2005

“Direitos Reprodutivos”, *Lex Medicinæ*, Revista do Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, n.º 3, 2005

“Primeiras Notas sobre a Lei Portuguesa de Procriação Medicamente Assistida”, (com André Dias Pereira), *Lex Medicinæ*, ano 3, n.º 6, 2006

“Comentário à Recente Lei Espanhola de Reprodução Assistida”, *Lex Medicinæ*, ano 3, n.º 6, 2006

“Em Nome do Pai (...E da Mãe, e de Dois Pais, e de Duas Mães) – Análise do Art. 6.º da Lei 32/2006”, *Lex Medicinæ*, ano 4, n.º 7, 2007

“Embryo Dignity: The Status and Juridical Protection of the *In Vitro* Embryo” (com Eduardo Osuna), *Medicine and Law*, Dec., 26 (4) 2007

“Pode Trazer-me o Menu, Por Favor? Quero Escolher o Meu Embrião”, *Lex Medicinæ*, ano 4, n.º 8, 2007

“Adão e Eva – O Milagre da Selecção de Sexo Embrião”, *Revista de Direito Médico e da Saúde*, ano III, vol. 11, Setembro de 2007

“O Dilema do Rei Salomão: Conflitos de Vontade quanto ao Destino dos Embriões Excedentários”, *Lex Medicinæ*, ano 5, n.º 9, 2008

“Reprodução Assistida e HIV – A Visita da Cegonha”, *Revista Direito e Cidadania*, n.º 29, 2009

“Vende-se Gâmeta em Bom Estado de Conservação (O Obscuro Mercado das Células Reprodutivas)”, *Lex Medicinæ*, ano 6, n.º 12, 2009

“Quem Tem Medo dos Jornalistas? (Media, Segredo de Justiça e Perícias Médico-Legais)”, *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, Ano XVIII, n.º 19, 2009



“Assisted Reproductive Technologies in Portuguese Law-Commentary to the Judgment No. 101/2009, of March the 3rd of the Portuguese Constitutional Court”, (com Rafael Vale e Reis), *Revista de Derecho y Genoma Humano*, n.º 31, Julio - Diciembre 2009

“As Wrong Actions no Início da Vida (Wrongful Conception, Wrongful Birth e Wrongful Life) e a Responsabilidade Médica”, *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, 21, 2010

“Aspectos Jurídicos da Reprodução Post-Mortem, em Perspectiva Comparada Brasil-Portugal”, (com Eduardo Dantas) *Lex Medicinæ*, ano 7, n.º 14, 2010

“Human Rights in Today’s Ethics: Human Rights of the Unborn (Embryos and Foetus)?” (com Catarina Prata e Isabel Ortigão de Oliveira), *Cuadernos Constitucionales de la Cátedra Fadrique Furio Ceriol*, n.º 62/63, 2010

“Aspects Juridiques de la Procréation Post-Mortem en Perspective Comparative Brésil-Portugal”, (com Eduardo Dantas), *Revue Général de Droit Médical*, 40, 2011

“Directivas Antecipadas de Vontade: Em Busca da Lei Perdida”, *Revista do Ministério Público*, Janeiro/Março, 2011

“O Corpo Humano, a “Nova Galinha dos Ovos de Ouro”, *Lex Medicinæ*, ano 8, n.º 15, 2011

“A Idade da Inocência: Podem os Contratos de Gestação Sobreviver sem Lei Reguladora?”, *Revista Jurídica UNISEB*, ano 1, n.º 1, 2011

“Assisted Reproduction: Two Models of Regulation: Portugal v. Spain”, *JBRA Assisted Reproduction*, 16(1), 2012

“To Act or Not to Act, That Is the Question: Informed Consent in a Criminal Perspective”, *European Journal of Health Law*, 19, 2012

“Juridical Status of Human Embryos and Fetus at the Oviedo Convention”, *Lex Medicinæ*, ano 9, n.º 17, 2012

“Responsabilidade Médica em sede de Diagnóstico Pré-Natal (Wrongful Life e Wrongful Birth)”, *Revista do Ministério Público*, 132, Out/Dez 2012

“Contratos de Donación de Gametos: ¿Regalo de Vida o Venta de Material Genético?”, *Revista de Derecho y Genoma Humano*, n.º 37, July/Dec., 2012

“What’s wrong with Gamete Donation? (Legal and Ethical Status of Gametes in Assisted Reproduction Techniques)”, (com Eduardo Osuna e Francisco Machado), *Journal of Fertilization In Vitro*, vol. 2, issue 5, 2012

“Entre a Vida e a Morte: Responsabilidade Médica nas Decisões em Fim de Vida”, *Lex Medicinæ*, ano 9(18), 2012

“Embriões, Investigação Embrionária e Células Estaminais”, *Lex Medicinæ*, 9(18), 2012

“O Acto Médico Perante o Olhar Judicial: Breve Apontamento à Decisão Proferida no Processo n.º 218/2011”, in *Legisiuris de Macau em Revista*, ano 1, n.º 1, 2013

“Do Regime das Intervenções Médico-Cirúrgicas Arbitrárias no Código Penal Português”, *Revista Peruana de Ciencias Penales*, tomo 26, 2013

“Responsabilidade Médica em Cabo Verde”, in *Revista Jurídica da Universidade de Santiago*, 1(1), 2013

“O Fim da “Letra de Médico”: Problemas Suscitados pelo Processo Clínico Eletrónico em Sede de Responsabilidade Médica”, *Lex Medicinæ*, ano 10, n.º 19, 2013



“Você Tem uma Nova Mensagem – A Prestação de Cuidados de Saúde na Era da Telemedicina”, *Lex Medicinæ*, 10 (20) 2013

“Em Busca da Chance Perdida (O Dano da Perda de Chance, em Especial na Responsabilidade Médica)”, *Revista do Ministério Público*, 138, 35, 2014 (o mesmo artigo está publicado na *LegisJuris*, CRED-DM, 5, 2015)

“No Dia em que a Morte Chegar (Decifrando o Regime Jurídico das Diretivas Antecipadas de Vontade)”, *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, 29, 2013

“The right not to live (A new dimension of the right to live in end of life decisions)”, *Journal of Law and Social Sciences*, vol. 1, issue 4, 2014

“Prescrição Off-Label de Medicamentos e de Dispositivos Médicos” *Lex Medicinæ*, Ano 11, n. 21, 2014

“Fertility Rhymes with Liability: Medical Liability in Art”, *Lex Medicinæ in Revista de Derecho y Genoma Humano*, 42, January/June 2015

“Is Three a Crowd in Reproduction? (The Authorization of Mitochondrial Donation in the UK)”, *JBRA – Assisted Reproduction*, 19(4), 2015

“Electronic Health Record: Electronic Health Records: Is it a Risk Worth Taking in Healthcare Delivery?”, *GMS Health Technology Assessment*, 11, 2015

Artigos em obras conjuntas

“Poder Parental Sobre os Embriões Excedentários”, in *Representações Jurídicas das Tecnologias Reprodutivas*, 2009

“Direitos Reprodutivos: Homossexualidade, Celibato e Parentalidade”, in *Família, Consciência, Secularismo e Religião*, 2010

“In the Borderline of Human Reproduction”, in *Droit de la Santé Publique dans un Contexte Transnational*, 2010

“A Vida Num Código de Barras”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Vol. 4., Coimbra, 2010

“Portugal” (com Guilherme de Oliveira), in *Gestation pour Autrui: Surrogate Motherhood* 2011

“Biodireitos: The New Kids on the Juridical Playground”, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, 2012

“Professional Medical Responsibility in Portugal: The Juridical Perspective”, (com Duarte Nuno Vieira), in *Malpractice and Medical Liability - European State of the Art and Guidelines*, 2013

“European Convention of Human Rights and Biomedicine” (com Eduardo Osuna), in *Legal and Forensic Medicine*, 2013

“Aqueles que Nasceram (Breve Excurso Sobre o Enquadramento Penal das Lesões Pré-Natais)”, in *Livro de Homenagem ao Professor Peter Hunerfeld*, 2013

“Processos Judiciais Indevidos? (Há Espaço para Indemnização nas Acções de Wrongful Birth e de Wrongful Life contra Profissionais de Saúde?)”, in *Responsabilidade na Prestação de Cuidados de Saúde*, 2014

“Anatomia da Responsabilidade (A Responsabilidade do Médico, da Clínica e do Dador no Contexto da PMA)”, in *Escritos Jurídicos para Jorge Leite*, vol II, 2015

“The True Colors of Reproductive Rights, Especially in the Context of Rainbow Families”, in *Aspects Légaux et Éthiques du Commencement de la Vie*, 2015



ALDIS

“Património Genético: Direito e Direitos” (com Sarah Lima), em *A Interface dos Direitos Humanos com o Direito Internacional*, 2015